timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 149 JUNHO 1998

SUBITAMENTE, EM MAIO

Um mês depois de ter sido "reeleito", Suharto foi obrigado a pedir a demissão. Novas perspectivas de mudança abrem-se na sociedade indonésia.

No dia 21 de Maio, o velho ditador apresentou a sua demissão, após um reinado de 32 anos.

Ainda há um ano atrás era apresentado ao povo do seu país como o "pai do desenvolvimento" e, internacionalmente, o seu "modelo de gestão" era louvado como tendo conseguido trazer a estabilidade política e o crescimento económico, apesar de alguns excessos - que o continuado desenvolvimento se encarregaria de corrigir, diziam - na área dos direitos humanos.

Mas a crise que explodiu no Sueste Asiático veio mostrar que a realidade não era tão dourada como a queriam fazer crer. No último semestre de 97 um movimento de desvalorização drástica de várias moedas da região, que se iniciou na Tailândia, encontrou na Indonésia o elo fraco da cadeia. Falências em série, desemprego crescente, subida nos preços dos produtos básicos, falta de géneros de primeira necessidade, tudo isto empurrou a população para a rua com as primeiras tentativas de saque de lojas.

Janeiro foi um mês agitado na Indonésia, particularmente na sua capital.

O "BOMBEIRO" FMI

Face ao descalabro da situação, o regime de Jacarta foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional e, à semelhança do que já acontecera com a Coreia do Sul, a negociar um pacote de ajuda financeira ao país.

Mas o FMI quis contrapartidas para conceder um empréstimo de 43 biliões de dólares americanos. Quis reformas económicas, isto é o fim dos monopólios, a abertura e a liberalização dos mercados, mecanismos claros de definição e de controlo de políticas. E quis reformas políticas que garantissem a aplicação das primeiras.

Entalado entre a crise e a defesa dos privilégios da elite dominante, o regime tentou arrancar um compromisso com o FMI que preservasse alguma herança da Ordem Nova.

Após difíceis negociações chegaram a um acordo que foi assinado em Janeiro em Jacarta. Mas, logo desde o início, o regime começou a oferecer resistência à sua aplicação e Suharto passou a falar da necessidade de se estabelecer uma nova plataforma de entendimento com o FMI, o que levou este a suspender o empréstimo.

Neste ambiente de indefinições e de mal-estar social, os estudantes assumiram o papel motor do questionamento ao poder. Este respondeu isolando-os dentro dos campus universitários e não os deixando ocupar a rua, onde uma aliança com os desenraizados urbanos ou com sectores da classe média poderia ser construída.

Março foi o mês em que a Assembleia Consultiva Popular (MPR) "escolheu" o novo Presidente e aprovou as linhas orientadoras da política de Estado para o quinquénio seguinte. Sabendo-se quem seria o presidente havia a dúvida de quem seria o Vice. Suharto optou por um homem da sua inteira confiança, alguém que ele sabia de antemão que não representaria qualquer perigo futuro.

Mas a sociedade indonésia reagiu mal a tal anúncio. Face à continuada degradação da situação, havia alguma expectativa de que o ditador apontasse alguém que representasse a esperança de uma mudança a médio prazo. Ao ser conhecido o nome de Bacharuddin Jusuf Habibie, Ministro da Investigação e Tecnologia, para Vice-presidente, a bolsa de Jacarta e a rupia caíram drasticamente.

Apelos a reformas urgentes do regime começaram a ouvir-se vindos das elites dominantes.

Suharto, porém, enfiou a cabeça na areia e nomeou um governo perlado de familiares - a sua filha Tutut, como Ministro da Saúde - e de amigos - o magnate do negócio das madeiras

neste número:

SUBITAMENTE, EM MAIO

OPOSIÇÃO: O QUE HÁ DE ERRADO?

NAS MONTANHAS DE TIMOR LESTE

Bob Hasan, como Ministro do Comércio - o que não deixou de ser encarado como um gesto de arrogância "à velho senhor".

O FMI manteve-se, entretanto, inabalável: sem reformas económicas, e políticas, não haveria empréstimo. O regime foi obrigado a ceder: nos princípios de Maio decidiu cortar com os subsídios aos combustíveis.

A EXPLOSÃO

Os aumentos nos preços dos combustíveis, pelas suas repercussões quase imediatas no custo de vida, foi o rastilho que fez explodir, de forma quase espontânea, a raiva popular.

Acompanhemos Gerry van Klinken, editor da revista australiana *Inside Indonesia*, no seu levantamento dos decisivos acontecimentos de Maio.

«*Os confrontos em Jacarta de 13 a 15 de Maio foram, provavelmente, os piores que a Indonésia alguma vez viu. Confrontos igualmente devastadores ocorreram em Medan e arredores (4 e 5 de Maio),* [uma região com algum grau de industrialização e com alguma história recente no campo do protesto popular - foi lá que ganhou raízes o SBSI, a associação sindical independente de que é dirigente Mochtar Pakpahan, e onde, em Maio de 92, ocorreram violentos confrontos de rua entre milhares de trabalhadores da cintura industrial e as forças de segurança] *Palembang (13 de Maio) e Solo e arredores (14 e 15 de Maio, com pelo menos 19 mortos).*».

«*Inicialmente as autoridades avançaram com o número de 499 mortos em Jacarta (porta-voz do Exército em 17 de Maio), tendo baixado posteriormente para 293 (porta-voz da polícia em 23 de Maio). Mas uma equipa dirigida pelo bem conhecido padre jesuíta Sandyawan Sumardi,* [que se destacou na defesa dos activistas indonésios do proibido PRD (Partido Popular Democrático)] *situou o número de mortos em 1188 (...).*»

Quanto aos estragos, «*o Ministro da Economia e Finanças, Ginanjar Kartasasmita, avaliou-os para a região de Jacarta em 250 milhões de dólares americanos (ao câmbio da época).*», correspondendo a um inventário impressionante de destruição: 2479 habitações-loja (na sua esmagadora maioria pertencentes à comunidade de origem chinesa), 1026 casas de habitação, 1604 lojas comerciais, 383 escritórios privados, 65 agências bancárias, 45 oficinas, 40 centros comerciais, 13 mercados, 12 hotéis, 24 restaurantes, 11 parques de estacionamento, 9 estações de gasolina, 11 esquadras da polícia, danificadas ou destruídas, principalmente por fogo posto.

O ministro ainda acrescentou a este rol 1119 carros, 821 motorizadas, 8 autocarros de passageiros e 486 semáforos e sinais de trânsito. Posteriormente, a polícia reduziria estes valores para 1344 edifícios, de todos os tipos, 1009 viaturas e 205 motorizadas.

«*A causa imediata dos acontecimentos em Jacarta foi a morte a tiro de 4 estudantes na Universidade de Trisakti, na zona ocidental da capital, em 12 de Maio. O crime chocou os activistas pró-democracia em todo o país. Há semanas que eles vinham a manifestar-se de forma persistente e pacífica (com a única excepção de Medan) contra o governo de Suharto.*

Depois de uma cerimónia evocativa ao fim da manhã do dia 12 no campus universitário, os tumultos generalizaram-se (...).

Os manifestantes - pobres urbanos jovens, não estudantes - espalharam-se em várias direcções e começaram a deitar fogo a stands de automóveis, hotéis, lojas, um hospital. (...).

Os tumultos invadiram fundamentalmente a zona ocidental, em direcção a Tangerang. (...). As dezenas de milhar de manifestantes excediam largamente em número as forças de segurança, que preferiram manter-se afastadas dos tumultos em vez de se arriscarem a uma derrota ou a um massacre sangrento.

Os ricos fugiram para hotéis de luxo na zona do aeroporto. (...).

Tangerang e toda a região a oeste da capital (...) são a cintura industrial de Jacarta. Centenas de fábricas de empresas temporárias de mão-de-obra intensiva, postas a funcionar pelo capital estrangeiro à procura de mão-de-obra barata e do reembolso rápido dos investimentos, tornaram-se ímans para o proletariado urbano. Estas são as pessoas mais gravemente afectadas pela crise económica (...).

Na 6ª feira 15 de Maio a cidade estava exausta (...). Jacarta contava os seus mortos.

Os manifestantes são pobres da cidade que nunca tiveram representação política na Ordem Nova. Não têm direcção política, se exceptuarmos algumas pregações de agitação em centenas de pequenas mesquitas. E são anti-chineses (...)

Foram os tumultos provocados? Talvez. (...) penso que há indicações de manipulação deliberada por parte de alguns dentro das forças de segurança. Na minha opinião isto pode muito bem ter acontecido, particularmente na 5ª feira 14 de Maio, quando os tumultos se espalharam, a partir de Jacarta ocidental, por toda a cidade e quando os centros comerciais se tornaram o alvo (...).»

A QUEDA

Face ao descalabro da situação, forças dentro da classe dominante começaram a movimentarem-se para encontrar uma solução que, mesmo transitória, evitasse que o poder "caísse na rua". Com a recusa de destacadas figuras do regime em quererem integrar uma Comissão de Renovação do regime, criada, em desespero de causa, pelo velho ditador, tornou-se evidente que este estava politicamente isolado e que essa solução passava pela sua substituição.

No dia 18 o Presidente do Parlamento e ex-Ministro da Informação, Harmoko, um antigo braço direito de Suharto, veio a público anunciar que dava até 22 de Maio para ele se demitir. E o gen. Wiranto, Chefe das Forças Armadas, a única instituição que dava sinais de continuar a funcionar em toda a Indonésia, terá igualmente falado com Suharto no dia 20 de Maio convencendo-o a pedir a demissão.

Nesse mesmo dia 20, a Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright pediu-lhe para se demitir, a fim de abrir caminho a uma «*transição democrática*».

«*O que derrubou Suharto,* escreveu o correspondente do *New York Times* em Jacarta, Nicholas Kristof, *não foi uma acção de guerrilha mas uma conspiração de bem mais poderosas forças subversivas: capitalismo, mercados, globalização, ... As forças de segurança de Suharto nunca souberam como dominá-las pela prisão ou tortura. O seu sofisticado equipamento militar pode detectar um guerrilheiro nas noites do mato de Timor Leste, mas foi incapaz de descobrir os maus empréstimos bancários ou de aguentar uma moeda em queda.*»

«*Gone, at last*» titulava, com alívio, na sua capa *The Economist* (23/5/98). «*A resignação do Presidente Suharto é um passo necessário e bem-vindo para a sobrevivência da Indonésia. Mas deixa uma herança perigosa (...).*» acrescentava a revista. «*Afastar Suharto foi a parte fácil*», escrevia o *Sydney Morning Herald* (30/5/98). «*Agora a Indonésia tem que lidar com a sua herança de três décadas de corrupção e amiguismo.*»

Bacharuddin Jusuf Habibie assumiu a chefia do Estado.

O QUE HÁ DE ERRADO NA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA INDONÉSIA?

Estará a Oposição Democrática indonésia à altura dos desafios que a crise económica e social no país coloca? O PRD (Partido Popular Democrático) avança algumas respostas a esta questão.

«Em 11 de Março, o serviço noticioso português Lusa relatou comentários feitos por Agio Pereira, porta-voz da East Timor Relief Association, segundo os quais a esperada reeleição de Suharto demonstrava acima de tudo a fraqueza relativa das forças democráticas indonésias. Pereira não explicou o que entendia por "fraqueza relativa".

O Partido Popular Democrático (PRD) reconhece que o movimento democrático indonésio tem fraquezas. (...).

MEGAWATI E AMIEN RAIS

Amien Rais, dirigente da organização de massas de raiz urbana Muhammadiyah, e Megawati Sukarnoputri, dirigente deposta do Partido Democrático Indonésio, têm repetidamente dito que Suharto deveria afastar-se da vida política porque está no poder há demasiado tempo ou ainda alegando motivos de saúde ou de idade.

Recentemente, Rais disse estar disposto a dirigir um movimento popular pacífico se o governo, nos próximos seis meses, não for capaz de resolver a crise. Os motivos que estão na origem desta espera de seis meses não são claros. Entretanto, quantas pessoas irão morrer de fome ou por falta de medicamentos? O que Rais também não disse é que não se trata apenas de saber se o regime pode ou não resolver a crise económica. Suharto tem que ser deposto e julgado pelos seus crimes como parte de uma luta mais vasta em prol da democracia na Indonésia.

Megawati continua a agir de modo sectário. É tempo de declarar a sua vontade de se juntar numa coligação com outras forças pró-democracia. Quando Mudrick Sangidoe, dirigente da secção de Solo (Java central) do Partido Unido para o Desenvolvimento [PPP, o partido islâmico autorizado] *propôs uma tal ideia, ela apenas sorriu e nada disse. Fez a mesma coisa quando Rais apelou para que participasse numa plataforma comum de desafio a Suharto.*

Apesar de ter dito que estaria disposta a unir-se a outras forças pró-democracia, Megawati tem limitado a sua acção aos seus próprios apoiantes e à organização de massas islâmica conservadora, Nahdatul Ulama. Assim, ela não fez qualquer apelo à unidade com todas as forças que no país lutam contra a ditadura.

Nem Rais nem Megawati apresentaram qualquer tipo de programa político, explicaram como é que vão ultrapassar a crise económica ou expuseram as estratégias e tácticas necessárias à deposição de Suharto. O único assunto específico que eles abordaram foi a necessidade de um programa anti-corrupção. Nada disseram acerca do modo como defender as vidas dos trabalhadores e camponeses indonésios - que são os mais afectados pela crise - ou como enfrentar assuntos básicos tais como a abolição da intervenção militar nos assuntos civis.

Mais revelador é ainda a recusa de Megawati em mobilizar os seus apoiantes - os milhões de militantes radicais que se declararam prontos a dar a vida por ela. Apesar da existência de boas oportunidades políticas, em todos os momentos cruciais Megawati foi incapaz de dar orientações políticas concretas ao povo.

Entretanto, Rais restringiu a sua actividade política a reuniões públicas, cerimónias religiosas e programas televisivos. Terá ainda que provar que os seus seguidores são mobilizáveis contra o regime. (...).

FALTA DE ESTRATÉGIA E DE TÁCTICA

(...) Muitos sectores do movimento democrático acreditam que a crise económica pode ser ultrapassada com a implantação das "reformas" económicas do FMI. Isto explica-se, em parte, pelo facto de Suharto não as ter querido implementar. Nesta perspectiva, estes sectores do movimento democrático parecem dizer: "livrem-se de Suharto porque ele não aplicará essas medidas e dêem-nos a possibilidade de as implantar". No entanto, enquanto que as "reformas" do FMI irão afectar negativamente Suharto e o seu império de negócios clientelares, a supressão de gastos públicos e o fim dos subsídios aos bens básicos terão grande impacto sobre os pobres.

Alguns sectores do movimento democrático têm ainda ilusões que as reformas do FMI induzirão mudanças democráticas. Grupos tais como o INFID, o Forum Internacional de ONG para o Desenvolvimento Indonésio, e figuras da oposição, como Arief Budiman, estão a pressionar o FMI para que as suas reformas sejam associadas aos direitos humanos e à democracia.

Este sectores acreditam que as reformas do FMI eliminarão a corrupção e criarão um governo limpo, dando origem à emergência de um governo mais democrático na Indonésia. O que estes sectores não compreendem é que o FMI representa o interesse do capital internacional - os EUA, o Japão e a União Europeia. O seu interesse real reside na manutenção dos lucros de companhias tais como a Freeport, General Electric, British Aerospace e Honda, não na democracia. A exploração continuada dos recursos naturais indonésios e do trabalho barato não andam de mão dada com a democracia.

Existe ainda uma grande confusão sobre a questão da violência. Certos sectores do movimento pró-democrático declaram-se movimentos "não violentos" e usam isso como meio de marginalizar outros grupos que classificam como sendo "pró-violência". Kwik Kian Gie por exemplo, um dos acessores de Megawati, defende não dever mobilizar os seus apoiantes nas ruas porque estes seriam susceptíveis de ser infiltrados por agents provocateurs, *o que conduziria à violência.*

Rais persiste em advogar uma transição pacífica através de uma qualquer forma de "poder popular" não violento.

O PRD tem defendido que o único meio de provocar mudanças é construir um movimento de massas que se apoie em todos os elementos do movimento pró-democracia que se oponham à ditadura. Isto não significa advogar o uso de violência e o PRD opõe-se ao seu uso, designadamente sob a forma de estratégia ou táctica terrorista.»

***

Este artigo, assinado por Rien Savitri, foi publicado no *Free Indonesia*, n.º 1, 1998, uma edição do PRD.

NAS MONTANHAS DA PONTA LESTE

Comida e informação. Assim são referidas as duas mais vitais necessidades das Falintil, no momento.

As forças ocupantes orientam cada vez mais a sua estratégia de combate em função dos dados obtidos pelos seus serviços de informação. A consequência é o estabelecimento, pela ameaça ou pelo suborno, de omnipresentes redes de informadores ("inteis"), muitos deles timorenses. O medo e a insegurança reinam, a denúncia tornou-se uma regra quotidiana. As permanentes carências alimentares e a difícil situação económica das populações são outros aspectos analisados num recente relatório do sub-comandante Lere responsável político da Região Militar 1, relativo ao 1º trimestre de 1998, do qual transcrevemos alguns excertos.

COM AS POPULAÇÕES, COMO O PEIXE NA ÁGUA

«(...) O inimigo não pára com as constantes operações militares, estando a sua atenção mais virada para as periferias das vilas e campos. (...) Na faixa sul da Região, principalmente nas zonas limítrofes da vila e dos campos de Iliomar, o inimigo opera continuamente, com diversos tipos de forças: comandos Nanggalas, Rajawali, Tim Alfa e PTT. Nas operações realizadas nas zonas vermelhas são empregues forças do batalhão 745. (...) Ao longo da rodovia que vai do posto administrativo de Iliomar ao concelho de Lospalos, o inimigo aumentou ultimamente o número de postos fixos. Do posto de Iliomar até ao posto militar de Alapupulo, reforçaram com mais dois postos. Este reforço tem por objectivo dificultar os movimentos dos guerrilheiros do leste da rodovia para o oeste da mesma. Também emboscaram as hortas da população na época da colheita do milho. (...).

Actualmente, as zonas vermelhas, matas e montanhas, merecem menos importância para as operações do IN. As zonas brancas, periferias das vilas e campos, os nossos possíveis acessos às saídas e entradas para as vilas e campos, são mais desconfiados, aí fazem emboscadas nocturnas a partir das 20 horas, até às 4 da madrugada. De dia, uns militares regressam às vilas e outros estão escondidos entre as trepadeiras e os arbustos a espreitar a população, porque é a população quem esconde e fornece comida e informação aos guerrilheiros. (...) Antes, o movimento ou a circulação da população eram cancelados quando os javaneses principiavam ou estavam em plena operação militar. Hoje, a circulação das populações é admissível entre o movimento do inimigo em operações, para desprevenir os guerrilheiros e relaxar a sua segurança. (...).»

COMO SE FAZ UM DELATOR

«Hoje em dia, em particular na ponta leste, os javaneses fazem promessas de montantes de dinheiro aos timorenses, homens, mulheres e crianças, para serem "inteis". E hoje, esta é a região que possui o número mais elevado de "inteis". Estes vendem as informações como o seu comércio diário, para poderem subsistir. Na ponta leste existem diversos tipos de forças militares e cada uma possui os seus próprios agentes secretos. Movidos pela concorrência entre as várias forças, por uma questão de sucesso (que em língua bahasa chamam "Hasil"), todos se estão esforçando em pagar, prometer e instruir os seus agentes, para alcançarem o que eles querem. (...).

O medo na ponta leste reina em maior escala na população e nos jovens. (...) E o inimigo vem aproveitando esta situação como uma das suas condições para preparar mais "inteis" ou agentes secretos. São três as situações que levam os filhos timorenses a serem "inteis": 1 - debilidade económica ou desemprego; 2- sobreposição dos interesses pessoais aos interesses da luta; 3 - servir-se de agente secreto IN para ganhar a confiança dos javaneses e poder desempenhar as tarefas da luta de libertação nacional. (...) Se há "inteis" em todos os lados - homens, mulheres e até crianças de sete anos são "inteis" - é movido pela fraqueza económica e não porque nós, os timorenses, gostemos de Jacarta. (...).»

FOME: NÃO É DA FALTA DE CHUVA

«Muitas vezes, alguns justificam a fome em partes de Timor Leste com a falta de chuvas. Apesar de Timor Leste ser uma meia ilha, a chuva não pára em todo o território, a faixa sul é chuvosa, mas a população passa fome. Deste modo, não devemos conceber a fome só como a consequência da falta de chuva, mas cujo factor principal reside na guerra imposta por Jacarta. Com a guerra, os terrenos férteis são abandonados e ultimamente são aproveitados pelos transmigrantes indonésios e pelos generais de Jacarta. Além da restrição das zonas de produção, restringem os movimentos da população para comprar e vender bens alimentícios. Apesar de a população carecer de dinheiro, devido à fome, é forçada a recorrer às lojas dos chineses e javaneses para comprar arroz a preços muito elevados (...).

Em Timor Leste, após duas décadas de invasão, ninguém nega a realidade em matéria de progresso e de desenvolvimento. (...) O progresso e o desenvolvimento, se formos a ver bem, existem para servir os interesses estratégicos dos javaneses, na guerra. É uma autêntica bala de açúcar. Dessa forma, Jacarta pretende levar o coração dos filhos timorenses para o seu lado. Jacarta, para conseguir almejar os seus objectivos estratégicos, ao longo das duas décadas, veio combinando a bala de açúcar com a bala real. (...) Se os javaneses não conseguem levar os corações timorenses pelo cano das suas mortíferas armas, recorrem à bala de açúcar ou ao logro. Este é um ciclo vicioso que nós, os timorenses que vivemos em Timor Leste, sentimos no corpo e na alma.»

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172 860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317